

Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - UPA Santa Paula 24h (UPA Porte II)
CNPJ: 22.453.820/0007-09

CNPJ 23.453.830/0027-09

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)																		
Balanços Patrimoniais			Notas	2024	2023	Balanços Patrimoniais			Notas	2024	2023	Demonstrações de Resultados						
Ativo/Circulante						Passivo e Patrimônio Social/Circulante						Notas	2024	2023				
Caixa e equivalentes de caixa		4	1.525.858	1.379.097		Fornecedores	8	1.579.303	1.207.603			Receitas Operacionais						
Contas a receber		5	686.601	672.594		Obrigações trabalhistas	9	1.080.099	1.026.367			Serviços prestados pacientes SUS	22.248.423	20.177.820				
Estoques		6	325.890	283.317		Obrigações sociais	10	253.855	204.756			Serviços prestados convênios e particulares	—	—				
Outros créditos			7.740	48.103		Obrigações fiscais		47.531	37.423		(-)	(-) Glosas	(15.000)	(35.700)				
Despesas antecipadas			30.634	61.633		Outras contas a pagar	11	188.507	83.264			Receita Líquida	22.233.423	20.142.120				
Depósitos judiciais		13	—	732		Partes relacionadas	12	50.160	84.539			Custos						
Contratos de gestão		3m	15.746.447	20.177.820		Contratos de gestão	3m	15.746.447	20.177.820			Serviços de terceiros	(11.425.327)	(9.921.447)				
Total do Ativo Circulante			18.323.170	22.623.296		Total do Passivo Circulante		18.945.902	22.821.772			Pessoal e encargos	(6.438.059)	(6.085.406)				
Não Circulante						Não Circulante		126.850	—			Materiais e medicamentos	(2.045.043)	(2.163.789)				
Partes relacionadas		12	329.567	212.181		Provisões para contingências	13	126.850	—			Superávit/(Déficit) Líquido	2.324.994	1.971.478				
Contratos de gestão		3m	—	13.451.880		Contratos de gestão	3m	—	13.451.880			Despesas						
Imobilizado - Próprio		7	80.161	76.245		Total do Passivo não Circulante		126.850	13.451.880			Pessoal e encargos	(1.609.515)	(1.521.351)				
Total do Ativo não Circulante			409.728	13.740.306								Serviços de terceiros						
Total do Ativo			18.732.898	36.363.602								Impostos, taxas e contribuições	(2.147)	(3.714)				
												Depreciação/amortização	(8.655)	(5.001)				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido												Despesas gerais e administrativas	(1.236.002)	(1.202.199)				
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		183.687	605.081	788.768								Superávit/(Déficit) Antes do Resultado Financeiro	14	(531.325)	(760.787)			
Incorporação ao patrimônio social		605.081	(605.081)	—								Despesas financeiras	(4.005)	(15.603)				
Superávit/(déficit) do exercício			(698.818)	(698.818)								Receitas financeiras	105.526	73.488				
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		788.768	(698.818)	89.950								Superávit/(Déficit) Antes de Outras Despesas e Receitas						
Incorporação ao patrimônio social		(698.818)	698.818	—								Outras Despesas e Receitas	(429.804)	(702.902)				
Superávit/(déficit) do exercício			(429.804)	(429.804)								Doações e subvenções	—	—				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		89.950	(429.804)	(339.854)								Outras receitas e despesas	—	4.084				
Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras												Superávit/(Déficit) do Exercício						
1. Contexto Operacional: a. Ojetivos Sociais: A Unidade de Pronto Atendimento Santa Paula, da Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa (PR), funciona 24h por dia e são voltados para atendimentos de urgência e emergência, com pediatras, clínicos e enfermeiros para um atendimento de qualidade e eficácia aos usuários, com base no Protocolo de Manchete, que classifica o grau de problema. Na unidade também estão disponíveis exames laboratoriais, raios-x, aplicação de medicamentos, inalações e eletrocardiograma. A UPA está situada à Rua Nicolau Kluppel Neto, 1645, Bairro Contorno, cidade de Ponta Grossa/PR. b. Contrato de Gestão: A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 28 de setembro de 2022, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 048/2022, vigente até 28/09/2025. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópicos. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:																		
Ambito	Legislação		Publicação															
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61		DOU de 23/12/1970															
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969		DOE de 19/11/1969															
Municipal	Lei Municipal nº 416		DOM de 16/08/1967															
Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021. c. Déficit do Exercício de 2024: Em 2024 a UPA arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 429.804 no exercício. Como consequência, o UPA apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 622.732 em 31 de dezembro de 2024. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação do hospital em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratuados com o Ente Público. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: a. Declaração da Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei Complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 03 de Abril de 2025. c. Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores da realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor deprecável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:																		
Taxa Anual de Depreciação - %																		
Máquina e Equipamentos			10%															
Móveis e Utensílios			10%															
Móveis e Utensílios Hosp.			10%															
Eq. Informática			20%															
O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Fixos e Intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f. Julgamentos e Estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo,																		
Balancete Patrimonial																		
Ativo/Circulante																		
Caixa e equivalentes de caixa		4	1.525.858	1.379.097														
Contas a receber		5	686.601	672.594														
Estoques		6	325.890	283.317														
Outros créditos			7.740	48.103														
Despesas antecipadas			30.634	61.633														
Depósitos judiciais		13	—	732														
Contratos de gestão		3m	15.746.447	20.177.820														
Total do Ativo Circulante			18.323.170	22.623.296														
Não Circulante																		
Partes relacionadas		12	329.567	212.181														
Contratos de gestão		3m	—	13.451.880														
Imobilizado - Próprio		7	80.161	76.245														
Total do Ativo não Circulante			409.728	13.740.306														
Total do Ativo			18.732.898	36.363.602														
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido																		
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		183.687	605.081	788.768														
Incorporação ao patrimônio social		605.081	(605.081)	—														
Superávit/(déficit) do exercício			(698.818)	(698.818)														
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		788.768	(698.818)	89.950														
Incorporação ao patrimônio social		(698.818)	698.818	—														
Superávit/(déficit) do exercício			(429.804)	(429.804)														
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		89.950	(429.804)	(339.854)														
Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras																		
1. Contexto Operacional: a. Ojetivos Sociais: A Unidade de Pronto Atendimento Santa Paula, da Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa (PR), funciona 24h por dia e são voltados para atendimentos de																		

— continua —

-* continuação

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - UPA Santa Paula 24h (UPA Porte II)

16. Cobertura de Seguros: Em 2024, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financeirar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2024	2023
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.525.734	1.379.097
Contas a receber	686.601	672.594
Total ativos financeiros	2.212.335	2.051.691

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Unidade de Pronto Atendimento UPA Porte II - Santa Paula - Ponta Grossa - PR.

Opinião com Ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Unidade de Pronto Atendimento - UPA Porte II - Santa Paula, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do déficit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o fundo naquela data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no tópico "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Unidade de Pronto Atendimento - UPA Porte II - Santa Paula, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva: O sistema de controle e gestão de estoques utilizado pela UPA é vinculado e gerido pela Fundação Municipal de Saúde do Município de Ponta Grossa - PR e, consequentemente, não pudemos realizar outros procedimentos de auditoria sobre os consumos e utilização de materiais e medicamentos no decurso das atividades da UPA, que fossem suficientes para concluirmos sobre a efetividade dos controles internos e sobre movimentações de estoque realizadas no sistema. Nestas circunstâncias, não pudemos concluir sobre: a. a adequação dos controles internos e acessos sistêmicos para movimentação e reconhecimento dos custos de materiais e medicamentos consumidos no período e apresentados ao resultado do exercício findo no montante de R\$ 2.045.043, na rubrica de custos com materiais e medicamentos; e b. a adequação dos controles internos e acessos sistêmicos para conclusão sobre efetividade de apuração de quantidades e valorização dos estoques apresentados pelo montante de R\$ 325.890 em 31 de dezembro de 2024. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Enfases: Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto. **Transações com partes relacionadas:** A Entidade mantiém transações relevantes com partes relacionadas, sendo o reembolso de despesas compartilhadas com sua Sede Administrativa. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes.

Patrimônio social negativo e continuidade operacional: Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de elevação de custos da operação de gestão da Unidade que contribuíram substancialmente para o déficit de R\$ 429.804 apurado no exercício e considera como determinante para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro, o sucesso na renovação e atualização dos valores de contrato. Em 31 de dezembro de

	2024	2023
Fornecedores	1.579.303	1.207.603
Total passivos financeiros	1.579.303	1.207.603

18. Gestão de Riscos: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros: i. **Riscos de Líquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. ii. **Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro fale em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

2024, a UPA possui excessos de passivos sobre seus ativos circulantes, apresentando capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 622.732. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com princípio de continuidade operacional e nenhuma provisão ou ajuste foram realizados relativos ao assunto mencionado. **Imobilizado de gestão:** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c) e 6, chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, recebido do Ente Público, não foi reconhecido contabilmente, em virtude de não ter sido valorizado pelo poder concedente. A Administração considera que estes imobilizados serão integralmente revertidos ao poder concedente (Fundo Municipal de Saúde de Ponta Grossa - PR), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade está em processo de avaliação de valorização dos itens recebidos e optou por não adotar as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil desses bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Outros assuntos:** Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 19 de abril de 2024, sem modificações. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executa-

mos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências da auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de abril de 2025

PLANNERS

Auditores Independentes

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/SP nº 2SP 14.712/O-2

Heitor Piovam

Contador CRC 1SP 331.721/O-6

38483/2025

MANTENHA SEU CADASTRO SEMPRE ATUALIZADO

DESTA FORMA, PODEREMOS ENTRAR RAPIDAMENTE EM CONTATO E SANAR EVENTUAIS DÚVIDAS QUE OCORREM DURANTE A DIAGRAMAÇÃO

A atualização deve ser feita através do email:
dioe@ccivil.pr.gov.br



Diário OFICIAL Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

